

GESTÃO NACIONAL DO INSS QUER TRANSFERIR PARA A CATEGORIA O ÔNUS DE SUA IRRESPONSABILIDADE E DE SUAS ESCOLHAS EQUIVOCADAS

Chegou ao conhecimento da CONASF/FENASPS a informação de que está para sair a qualquer momento uma normativa elaborada pela Diretoria de Atendimento (DIRAT) do INSS que eleva, no mínimo, para 06 (seis) o número de avaliações sociais diárias realizadas por assistente social no instituto.

Esta decisão foi tomada dentro dos **gabinetes** palacianos da Direção Central do INSS, longe não apenas do “chão da fábrica” (APS), do *front* de guerra que viraram as agências, com salas de atendimento inapropriadas, sem circulação de ar, progressiva flexibilização das medidas de segurança e escassez de insumos básicos, como água mineral, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual. Enquanto esta “casta superior”, de caris autoritário e prepotente, busca decidir sozinha toda a vida dos servidores e servidoras do INSS, a partir de uma produção frenética de portarias, memorandos circulares e demais atos normativos institucionais que impõem, sem diálogo algum, uma brutal submissão e subalternidade aos servidores(as), estes últimos estão sendo submetidos, cada vez mais, não apenas a um ritmo de trabalho intenso, com metas surreais, mas também à exposição ao Covid-19, ao adoecimento físico e ao desgaste mental. Dados do próprio INSS, conseguidos pela FENASPS por força legal, através da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) dão conta de que o número progressivo de servidores(as) do INSS, que se afastaram do trabalho por motivo de doença nos últimos anos, alcançou mais de 64% destes no ano de 2019, denunciando, assim, o aprofundamento da lógica produtivista na autarquia, demonstrando sua lógica destrutiva da saúde e da vida desses trabalhadores e trabalhadoras. Esse número é ainda mais assustador se compararmos com a informação de que nos últimos 10 (dez) anos houve uma redução da força de trabalho no INSS de aproximadamente 40%. Assim, os números apresentados são “absolutamente” preocupantes e “relativamente” catastróficos.

Em relação aos Benefícios de Prestação Continuada – BPC, sabe-se que a gestão do INSS, desde de 2016, com a implantação do INSS Digital, não priorizou a análise desses benefícios. Em contrapartida, optaram por direcionar toda a força de trabalho possível na realização de revisões de benefícios previdenciários e assistenciais, gerando “cortes” de benefícios em grande escala, retirando direitos de milhares de trabalhadores(as) no país. Cabe destacar que as revisões do BPC não cessaram durante a pandemia.



GESTÃO NACIONAL DO INSS QUER TRANSFERIR PARA A CATEGORIA O ÔNUS DE SUA IRRESPONSABILIDADE E DE SUAS ESCOLHAS EQUIVOCADAS

Na realidade elas foram ampliadas para outros benefícios, uma perversidade sem tamanho do atual governo com a classe trabalhadora.

Também foi nesse período que se ampliaram medidas da gestão do INSS no desmonte do Serviço Social, com o assédio moral institucionalizado, tentativas de desvio de função, ou seja, retirando esses profissionais da realização de suas reais e legais atribuições e, dentre elas, a avaliação social do BPC. A ampliação do número de avaliações sociais diariamente está alinhada às medidas que atualmente tentam ser implementadas, inclusive com a participação (seja por omissão, seja por adesão) das últimas gestões da Divisão de Serviço Social. Essas medidas representam uma insidiosa tentativa de extinção desse serviço previdenciário, por meio de projetos e programas de gestão que visam instituir o produtivismo, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população e submetendo os(as) assistentes sociais a conflitos éticos e técnicos no exercício da sua profissão (veja aqui manifestação do CFESS - <https://drive.google.com/file/d/138j4sHrFdCa6IHXd-KVRZKhbZeHXFJze/view?usp=sharing>).

Todos esses fatores reunidos, conseqüentemente, provocaram esse “estoque enorme” de benefícios represados e que, em algum momento, viria à tona em sua face mais cruel. Ocorre que agora, buscando esquivar-se de sua responsabilidade, a “grande ideia” que a gestão teve foi transferir e individualizar a responsabilidade do Estado/Governo e da Gestão do INSS para os(as) servidores(as). E se estes últimos não concordarem é porque “trabalham pouco” e “não querem colaborar” ou ainda “Não têm compromisso com os usuários”. O que não dizem é que essa lógica do produtivismo e de intensificação da exploração do trabalho afetará negativamente a qualidade das avaliações sociais realizadas e, conseqüentemente, a qualidade técnica no reconhecimento do direito das pessoas com deficiência.

É preciso que a categoria não se deixe iludir por estes falsos discursos institucionais, nem se deixe seduzir pelo canto das sereias do “colaboracionismo”, com a divisão de responsabilidades quando não fomos nós que demos causa a ação. Ao contrário, temos dado diversas demonstrações do nosso compromisso profissional com os(as) usuários(as) e com a previdência social, como na nossa histórica de luta em defesa dos mesmos, nas constantes



GESTÃO NACIONAL DO INSS QUER TRANSFERIR PARA A CATEGORIA O ÔNUS DE SUA IRRESPONSABILIDADE E DE SUAS ESCOLHAS EQUIVOCADAS

denúncias que fazemos junto às nossas entidades representativas e aos demais segmentos da sociedade, acerca do desmonte e da reestruturação produtiva em curso no INSS, e que têm como objetivo limitar o acesso aos direitos.

Nosso compromisso sempre foi com a qualidade dos serviços que prestamos, a oferta do melhor atendimento, com escuta qualificada, com foco na cidadania e na viabilização de direitos. Dessa maneira é impossível administrar um aumento do limite de avaliações sociais realizadas diariamente e/ou uma ampliação da jornada de trabalho sem que se permita a ocorrência de rebatimentos negativos na qualidade do atendimento.

O autoritarismo e desrespeito da gestão do INSS **não pode ficar sem uma resposta firme e imediata!** Se aceitarmos passiva e acriticamente a imposição da gestão do INSS, que não guarda nenhum parâmetro técnico, nenhum respeito ético e nenhuma consideração política à nossa categoria profissional, o que os impedirá, no futuro, de alterar ainda mais os nossos processos de trabalho, aumentando para 8, 10, 12 avaliações sociais diárias? O que os convencerá em não redirecionar nossa força de trabalho para outros setores e atividades estranhas ao nosso histórico fazer profissional dentro da previdência social?

A história nos mostra que permanecemos nesta política social não porque nos submetemos aos imperativos da gestão da previdência, mas sim porque os confrontamos, com coragem, competência nos argumentos e através de ações práticas coletivas coadunando com o que nos ampara o artigo 88 da Lei 8213, os princípios do estado democrático de direito e a própria missão da instituição. Dessa forma, todas e todos estamos sendo chamados a entender a gravidade deste processo que, com o avanço da proposta de contrarreforma administrativa; da reestruturação produtiva no serviço público; dos cortes salariais por atrelamento da GDASS às metas; dos planos de pôr fim ao REAT impondo conseqüentemente um aumento da jornada de trabalho; do aumento das demandas; da pressão por resultados; da transferência de responsabilidades do Estado e da gestão do INSS para os servidores, em um contexto de pandemia, tenderá a se tornar mais grave.

É importante ressaltar que os(as) colegas que estão ocupando funções técnicas do



GESTÃO NACIONAL DO INSS QUER TRANSFERIR PARA A CATEGORIA O ÔNUS DE SUA IRRESPONSABILIDADE E DE SUAS ESCOLHAS EQUIVOCADAS

Serviço Social, seja na DSS, nas SR e nas GEX, são parte da luta geral da categoria na defesa do projeto ético-político profissional, caso contrário, apenas estarão ocupando cargos a serviço dos que tentam nos oprimir, como “agentes do Estado”, meros repassadores de ordens. **Neste momento a resistência deve ser coletiva!**

Além de uma leitura crítica da realidade, a CONASF/FENASPS orienta à categoria que:

- 1 – Debatam coletivamente o conteúdo desta nota e as repercussões nefastas que as ações aqui previstas trarão para os usuários, para o Serviço Social e, particularmente, para a vida de cada profissional que se submeter a este nível de exploração e desrespeito institucionais;
- 2 – Que elaborem e assinem notas coletivas de suas respectivas GEX/Estado e manifestem seu repúdio, indignação e contrariedade com estes processos autoritários, revelando sua não aceitação passiva e a disposição para a luta;
- 3 – Que as representações técnicas do Serviço Social em todo o Brasil também se posicionem, e que se abstenham de abrir agendas com um número extenuante acima de 05 (cinco) avaliações sociais diárias, pois este já ultrapassa o limite, considerando que estamos em plena pandemia. Além disso, o Serviço Social não se resume a realização de avaliações sociais, outras atividades previstas na Matriz Teórico Metodológica precisam ser retomadas, como a Socialização de Informações, assessoria e consultoria, fundamentais nesse cenário que o INSS “fechou as portas” para a população;
- 4 – Que informem esta situação aos seus respectivos sindicatos estaduais, no sentido de buscar apoio e soluções coletivas para os problemas a nível local e denunciando os processos de exploração a que estamos sendo submetidos;

A CONASF já está tomando as providências e dialogará com a FENASPS e o CFESS no sentido de pensarmos soluções coletivas para enfrentar o problema. Porém, lembramos: nenhuma solução será efetiva se não contar com o apoio, luta e resistência histórica do conjunto da base de nossa categoria.

Por nenhum direito a menos! Só a luta muda a vida!

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DA FENASPS - CONASF

02 de Março de 2021

